

## HOSPITAL NAVAL DE NATAL

**Estudo Técnico Preliminar 237/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63064011563202532

**2. Objeto**

Aquisição de Dietas Enterais, Parenterais, Suplementos Nutricionais e Fórmulas Infantis, visando atender as necessidades operacionais do Hospital Naval de Natal.

**3. Descrição da necessidade**

O Hospital Naval de Natal (HNNA), instituição integrante do Sistema de Saúde da Marinha, tem como missão prestar assistência integral à saúde dos militares da ativa, inativos, seus dependentes e demais usuários vinculados. Dentre os serviços essenciais ofertados, destaca-se a terapia nutricional, componente fundamental do tratamento clínico e cirúrgico, tanto em regime de internação quanto ambulatorial.

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da aquisição de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, utilizados no suporte nutricional de pacientes em diferentes condições clínicas, nas quais a via oral convencional é inviável ou insuficiente para garantir as necessidades nutricionais adequadas.

A ausência ou descontinuidade no fornecimento desses produtos comprometeria diretamente a assistência nutricional hospitalar, podendo gerar riscos à recuperação dos pacientes, prolongamento do tempo de internação, agravamento de quadros clínicos e até aumento da morbimortalidade hospitalar. Além disso, a falta desses insumos impacta negativamente o cumprimento dos protocolos clínicos e diretrizes de boas práticas em nutrição hospitalar, que seguem padrões definidos pela Resolução CFN nº 304/2003, que normatizam a obrigatoriedade da oferta de suporte nutricional adequado em unidades hospitalares.

Sob a ótica do interesse público, a contratação visa assegurar a continuidade e a qualidade da assistência nutricional, contribuindo para o tratamento integral e humanizado dos pacientes do HNNA, garantindo a recuperação da saúde e a manutenção da vida em situações clínicas críticas. A medida também reflete o princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, e atende ao disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, quanto à necessidade de planejar as contratações com base em resultados, economicidade e efetividade do gasto público.

Dessa forma, justifica-se a contratação como essencial à manutenção das atividades assistenciais do Hospital Naval de Natal, assegurando o pleno funcionamento dos serviços de nutrição clínica e hospitalar e o atendimento contínuo e seguro aos pacientes sob cuidado da Marinha do Brasil.

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****4.1 Requisitos técnicos e legais mínimos****4.1.1. Sustentabilidade socioambiental e socioeconômica:**

Os produtos deverão ser sustentáveis sob os aspectos socioambientais e socioeconômicos, priorizando embalagens recicláveis, insumos com menor impacto ambiental e fornecedores que adotem práticas de responsabilidade social e ambiental, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Marinha do Brasil.

**4.1.2. Registro profissional e responsabilidade técnica:**

A empresa licitante deverá possuir registro ativo no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição sobre o local de execução de suas atividades. Deverá ainda dispor de Responsável Técnico Nutricionista com vínculo empregatício formal junto à empresa, conforme

disposto na Resolução CFN nº 544/2014, garantindo o acompanhamento técnico-profissional da produção, armazenamento e distribuição dos produtos contratados.

**4.1.3. Autorização de Funcionamento da ANVISA:**

A licitante deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme previsto na Lei nº 6.360/1976 e no Decreto nº 8.077/2013, atestando que suas atividades estão devidamente regulamentadas no âmbito sanitário federal.

**4.1.4. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPFC):**

A empresa deverá possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, por linha de produção e/ou produto, assegurando que os processos produtivos atendem aos padrões de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidos pela legislação sanitária.

**4.1.5. Licenças e autorizações sanitárias:**

4.1.5.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal, conforme exigido pela Portaria Federal nº 2.814, de 29 de maio de 1998;

4.1.5.2. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária competente, conforme a Lei Federal nº 6.360/1976. Esses documentos deverão estar válidos e atualizados durante todo o período contratual.

**4.1.6. Capacidade técnica comprovada:**

A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho da atividade pertinente ao objeto por meio da apresentação de dois (02) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público, em fotocópias autenticadas, que demonstrem fornecimento anterior de produtos similares, em quantidade e características compatíveis com o objeto desta contratação.

**4.1.7. Ficha técnica e informações nutricionais:**

Deverá ser apresentada Ficha Técnica completa para cada produto licitado, contendo:

4.1.7.1. Tabela de Informação Nutricional, com a descrição detalhada de macro e micronutrientes, densidade calórica, osmolaridade e composição;

4.1.7.2. Identificação do fabricante, número do lote, validade e forma de conservação.  
Essa documentação é indispensável para avaliação técnica e conferência pela equipe de nutrição clínica do HNNA.

**4.1.8. Identificação no CATMAT:**

Os códigos CATMAT correspondentes aos produtos licitados deverão constar em tabela anexa ao ETP, conforme previsto no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal, a fim de garantir padronização e rastreabilidade dos itens a serem adquiridos.

4.1.9. A ata terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	1TEN (RM2-S) NAYARA

6. Levantamento de Mercado

Alternativa 1 – Aquisição direta por meio de licitação (Pregão Eletrônico ou Concorrência)

Consiste na realização de procedimento licitatório regular para aquisição direta dos produtos industrializados prontos para uso, contemplando dietas enterais, parenterais, suplementos e fórmulas infantis, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

Possíveis modalidades:

- Pregão Eletrônico (preferencial, conforme Decreto 10.024/2019 e art. 28 da Lei 14.133/2021);
- Concorrência (caso o objeto envolva fornecimento de maior vulto ou complexidade técnica).

Vantagens:

- Ampla concorrência e transparência do processo;

- Definição clara de preços e especificações;
- Possibilidade de disputa eletrônica para redução de custos;
- Autonomia do HNNa na definição dos quantitativos e cronograma de entregas.

**Desvantagens:**

- Processo mais demorado, com necessidade de etapas formais e prazos recursais;
- Demanda maior de acompanhamento técnico e administrativo.

**Alternativa 2 – Contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, II, Lei 14.133/2021)**

Aquisição direta, sem necessidade de procedimento competitivo, quando o valor estimado estiver dentro dos limites legais para dispensa (R\$ 54.000,00 para bens e serviços comuns, conforme legislação vigente), ou em situações emergenciais e imprevisíveis que justifiquem a urgência no atendimento hospitalar.

**Vantagens:**

- Rapidez na obtenção do produto;
- Aplicável em situações emergenciais para evitar descontinuidade da assistência nutricional;
- Permite aquisição imediata de quantidades limitadas.

**Desvantagens:**

- Menor competitividade e potencial aumento de preço;
- Restrita a situações específicas previstas em lei;
- Exige robusta justificativa técnica e administrativa.

**Alternativa 3 – Adesão a Ata de Registro de Preços (carona em SRP existente)**

**Descrição:**

Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) gerenciada por outro órgão público, conforme previsto no art. 86 da Lei 14.133/2021, desde que haja compatibilidade de objeto, vigência e condições de fornecimento.

**Vantagens:**

- Celeridade na contratação, dispensando a condução de novo certame;
- Economia administrativa e padronização de preços;
- Possibilidade de aproveitar negociações vantajosas firmadas por outros entes públicos.

**Desvantagens:**

- Dependência das condições originais da ata (quantitativos, prazos, marcas);
- Limitação de adaptação às necessidades específicas do HNNa;
- Necessidade de verificação formal da vantajosidade e disponibilidade de saldo da ata.

**Alternativa 4 – Participação em Sistema de Registro de Preços (SRP)**

**Descrição:**

Participação direta do HNNa como órgão participante ou gerenciador em processo licitatório para registro de preços dos produtos nutricionais, possibilitando contratações futuras conforme demanda e disponibilidade orçamentária.

**Vantagens:**

- Permite contratações sob demanda, evitando estoque excessivo;
- Favorece a previsibilidade orçamentária e o planejamento anual de consumo;
- Possibilita obtenção de melhores preços em razão da escala de aquisição;
- Reduz o retrabalho administrativo com certames repetitivos.

Desvantagens:

- Exige planejamento prévio e estimativa acurada de consumo;
- Risco de o fornecedor registrado não conseguir atender a todas as requisições no prazo.

#### **Alternativa 5 – Contratação via central de compras da Administração Pública (ex.: Ministério da Defesa ou órgãos da Marinha do Brasil)**

Descrição:

Utilização de contratações centralizadas realizadas por órgãos superiores ou de rede, permitindo ao HNNA usufruir de condições uniformes de preço, qualidade e logística para insumos nutricionais.

Vantagens:

- Economia de escala e padronização institucional;
- Redução de esforço administrativo local;
- Garantia de qualidade e conformidade com políticas setoriais.

Desvantagens:

- Menor flexibilidade para especificações locais;
- Dependência dos prazos e cronogramas da central de compras.

Considerando a natureza contínua e essencial da assistência nutricional hospitalar, a solução mais vantajosa para o Hospital Naval de Natal é a aquisição direta de produtos industrializados prontos para uso, preferencialmente por Pregão Eletrônico ou participação em Sistema de Registro de Preços (SRP). Tais modalidades asseguram ampla competitividade, conformidade sanitária, previsibilidade logística e economicidade, além de permitirem a adoção de estratégias complementares — como adesão a atas vigentes ou uso eventual de dispensa em situações emergenciais — garantindo a continuidade e segurança do tratamento nutricional dos pacientes atendidos pelo HNNA.

## **7. Descrição da solução como um todo**

Após a análise comparativa das alternativas possíveis, concluiu-se que a solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada é a aquisição direta de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis industrializados e prontos para uso, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, a ser conduzido pelo Hospital Naval de Natal (HNNA).

Essa solução contempla o fornecimento contínuo e parcelado, conforme demanda estimada e programada pela Seção de Nutrição e Dietética (SND), garantindo a regularidade do abastecimento e a adequada assistência nutricional aos pacientes hospitalizados e ambulatoriais.

A contratação compreenderá o fornecimento de produtos nutricionais industrializados, devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), observando rigorosos padrões de qualidade, composição e estabilidade, conforme especificações técnicas detalhadas a seguir:

### **7.1. Especificação do Objeto**

O objeto desta contratação consiste no fornecimento de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, devidamente embalados, identificados e prontos para uso, destinados ao suporte nutricional de pacientes atendidos pelo Hospital Naval de Natal.

Os produtos deverão atender, no mínimo, aos seguintes parâmetros técnicos e legais:

1. Dietas Enterais:

- Formulações líquidas, em pó ou concentradas, poliméricas, oligoméricas e especiais (hipercalóricas, hiperproteicas, imunomoduladoras, isentas de lactose e/ou glúten, entre outras), com composições nutricionais balanceadas e estabilidade comprovada;
- Embalagens originais, invioladas e devidamente rotuladas com informações nutricionais, lote, validade e modo de conservação;
- Registro vigente na ANVISA, conforme RDC nº 21/2015 e RDC nº 503/2021 correlatas;
- Prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.

## 2. Dietas Parenterais:

- Soluções nutricionais estéreis e apirogênicas, com composição adequada para nutrição parenteral total ou parcial, atendendo aos padrões de segurança estabelecidos pela RDC nº 45/2003
- Produtos registrados na ANVISA, acompanhados de ficha técnica e boletim de análise por lote;
- Acondicionados em recipientes compatíveis com sistemas de infusão hospitalar, com rotulagem completa e identificação do fabricante.

## 3. Suplementos Alimentares:

- Produtos industrializados de uso oral destinados à complementação nutricional, isentos de contaminação, com comprovação de estabilidade e composição nutricional declarada conforme RDC nº 243/2018;
- Inclusão de suplementos específicos para condições clínicas diversas (imunonutrientes, suplementação proteica, hipercalórica, sem lactose, entre outros);
- Apresentação em pó, líquido ou pronto para consumo.

## 4. Fórmulas Infantis:

- Leites e fórmulas para lactentes e crianças, hipoalergênicas, de aminoácidos livres, sem lactose ou com fórmulas especiais para necessidades metabólicas específicas, conforme RDC n. 44/2011
- Produtos em conformidade com a Lei nº 11.265/2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.

## 7.2. Condições de Fornecimento e Logística

- O fornecimento será realizado de forma parcelada e contínua, mediante requisições periódicas da Serviço de Nutrição e Dietética, conforme demanda hospitalar.
- As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento.
- Os produtos deverão ser entregues nas dependências do HNNA, devidamente acondicionados e protegidos, com acompanhamento de nota fiscal.
- A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer produtos que apresentem defeito, violação de embalagem, divergência de especificação ou prazo de validade inadequado.

## 7.3. Justificativa da Escolha da Solução

A escolha dessa solução justifica-se por garantir a continuidade da assistência nutricional hospitalar, com o atendimento imediato e seguro às prescrições médicas e nutricionais dos pacientes internados e do conselho técnico.

A aquisição de produtos industrializados prontos para uso reduz riscos sanitários e operacionais, elimina etapas de manipulação interna e garante conformidade com as normas da ANVISA e do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN).

Além disso, a adoção da modalidade Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade, transparência e economicidade, permitindo ao HNNA selecionar fornecedores qualificados e obter as condições mais vantajosas de preço e qualidade, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 8.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas

A estimativa das quantidades foi realizada com base na análise da série histórica de consumo dos exercícios de 2022, 2023 e 2024, considerando a média mensal de utilização dos produtos e a taxa de ocupação hospitalar. Foram aplicados fatores de correção de 10% para previsão de aumento de demanda e

manutenção de estoque de segurança, totalizando a projeção anual para o exercício de 2025. As memórias de cálculo e planilhas consolidadas constam em anexo, conforme determina o art. 9º, V, da IN SEGES/ME nº 58/2022.

Durante a fase de atualização da estimativa de consumo e análise das demandas assistenciais do Hospital Naval de Natal (HNNa), verificou-se a necessidade de ajustes pontuais no objeto da contratação originalmente previsto, especialmente quanto à inclusão de dietas parenterais e ao aumento de quantitativos de determinadas fórmulas nutricionais, ultrapassando o percentual inicialmente projetado de 10% sobre o consumo médio histórico.

As dietas parenterais não constavam nos anos anteriores, por tratar-se de uma demanda pontual e restrita a casos específicos. Entretanto, observou-se uma necessidade de suporte nutricional parenteral total ou parcial no âmbito hospitalar, motivado por:

- Pacientes críticos com restrição temporária do trato gastrointestinal no âmbito do conselho técnico;
- Necessidade de garantir continuidade do atendimento em situações em que a dieta enteral não é possível ou segura.

Assim, a inclusão das dietas parenterais visa garantir o atendimento integral das necessidades nutricionais hospitalares, assegurando o cumprimento dos protocolos clínicos e das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC nº 45/2011), que determinam a obrigatoriedade da oferta desse tipo de terapia nutricional quando indicada. Portanto, a inserção desses itens não representa ampliação indevida de objeto, mas sim adequação técnica essencial à manutenção da assistência hospitalar.

Na análise da demanda de algumas fórmulas especiais e suplementos nutricionais em relação ao período de referência utilizado na estimativa a estimativa a ser contratada superou o percentual de reserva técnica de 10% inicialmente aplicado, sendo atribuída a:

- Elevação do tempo médio de permanência hospitalar, gerando maior consumo per capita de dietas e suplementos, especialmente em pacientes com necessidades nutricionais específicas e recuperação prolongada;
- Ampliação do atendimento a pacientes domiciliares acompanhados pelo conselho técnico, cujo perfil clínico demanda uso contínuo e individualizado de suplementos e fórmulas de alta densidade calórica ou proteica;
- Aumento da complexidade dos casos atendidos, resultando em maior necessidade de terapias nutricionais especializadas para garantir evolução clínica adequada;
- Variabilidade sazonal e epidemiológica, que impacta diretamente o consumo em determinados períodos, tornando insuficiente o limite da reserva técnica inicialmente aplicado.

Diante desses elementos, o aumento dos quantitativos demonstra-se justificado, proporcional e fundamentado em critérios estritamente assistenciais e operacionais, visando assegurar a continuidade e a qualidade do cuidado nutricional prestado aos pacientes do HNNa.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.913.523,55 dois milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação refere-se ao fornecimento contínuo de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, produtos com especificações técnicas distintas, finalidades clínicas diversas e diferentes composições nutricionais.

Diante dessa diversidade, optou-se pelo parcelamento do objeto em itens específicos, de forma a atender adequadamente às necessidades assistenciais do Hospital Naval de Natal (HNNa) e garantir a ampla competitividade entre fornecedores.

### 10.1. Fundamentação técnica e normativa

Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser adotado sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo à execução do conjunto e sejam mantidas as condições de economicidade.

Ainda, o § 3º do mesmo artigo determina que o parcelamento não será adotado apenas quando:

- a economia de escala ou a maior vantagem técnica recomendarem a contratação global; ou
- o objeto constituir sistema único e integrado, cuja divisão possa comprometer o resultado esperado.

No caso em análise, os produtos nutricionais são divisíveis por natureza e por uso, não configurando sistema único ou integrado. Cada categoria (enterais, parenterais, suplementos e fórmulas infantis) possui fornecedores, processos produtivos e condições de armazenagem próprias, o que torna tecnicamente viável e administrativamente vantajoso o parcelamento por grupo homogêneo.

### 10.2. Critérios adotados para o parcelamento

O parcelamento foi estruturado de modo a:

- Agrupar itens de mesma natureza e similaridade técnica, como:
- Evitar fracionamento indevido, mantendo a unidade lógica do objeto;
- Permitir a participação de maior número de licitantes, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006;
- Favorecer o ganho de escala dentro de cada grupo, mantendo o equilíbrio entre economicidade e competitividade;
- Assegurar a continuidade do fornecimento, uma vez que eventual atraso ou desabastecimento de um grupo não compromete os demais.

#### 10.3. Viabilidade técnica e ganhos esperados

O parcelamento é tecnicamente viável e vantajoso, pois:

- Permite a especialização dos fornecedores por linha de produto, assegurando qualidade técnica e regularidade sanitária;
- Amplia o número potencial de participantes, evitando restrições indevidas à competitividade;
- Possibilita negociações mais vantajosas em cada segmento, reduzindo custos e otimizando o orçamento hospitalar;
- Facilita o controle contratual e logístico, permitindo que a Administração gerencie separadamente estoques, prazos e especificações;
- Minimiza riscos de descontinuidade total do fornecimento, pois contratos distintos podem ser executados de forma independente.

#### 10.4. Avaliação da hipótese de não parcelar

A análise de eventual contratação global mostrou-se menos vantajosa, uma vez que concentraria a execução em um único fornecedor, o que poderia:

- Restringir a competitividade, excluindo empresas de médio e pequeno porte;
- Dificultar a gestão contratual pela amplitude e diversidade técnica do objeto;
- Elevar o risco de desabastecimento, caso ocorra inadimplemento contratual;
- Reduzir a flexibilidade logística e de substituição de itens específicos.

Dessa forma, a contratação global não se mostra adequada, pois comprometeria a eficiência operacional e a gestão de suprimentos do HNNA.

#### 10.5. Conclusão

Conclui-se que o parcelamento do objeto por grupos homogêneos de produtos nutricionais é a forma que melhor atende aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Essa estratégia possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas, maior participação de fornecedores qualificados e mitigação de riscos de desabastecimento, assegurando o adequado atendimento nutricional aos pacientes assistidos pelo Hospital Naval de Natal.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### 12.1. Plano de Contratações Anual (PCA)

A demanda referente à aquisição de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis consta do Plano de Contratações Anual (PCA) do Hospital Naval de Natal, regularmente divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 12, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Secretaria de Gestão da Economia (SEGES/ME).

O registro no PCA tem como finalidade assegurar o planejamento prévio, a transparência e a racionalização das aquisições, possibilitando a compatibilização entre as necessidades da unidade requisitante, a disponibilidade orçamentária e as prioridades estratégicas da Instituição.

No referido plano, esta contratação está classificada no eixo de “Suprimentos Assistenciais – Insumos para Terapia Nutricional”, e vinculada à ação orçamentária de manutenção das atividades hospitalares, o que reforça seu caráter essencial e contínuo.

12.2. Plano de Logística Sustentável (PLS)

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do HNNA, em consonância com o PLS da Marinha do Brasil, estabelece diretrizes para a adoção de práticas que reduzam impactos ambientais, promovam a responsabilidade social e a economicidade no uso de recursos públicos.

Esta contratação contribui diretamente para os objetivos de sustentabilidade institucional, ao:

- privilegiar produtos com embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, conforme indicado nos requisitos técnicos;
- priorizar fornecedores com práticas de gestão ambiental certificadas;
- adotar entregas parceladas e programadas, otimizando logística, reduzindo desperdício e evitando estoques excessivos;
- incentivar o consumo responsável e o descarte ambientalmente correto, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Dessa forma, a contratação se insere no contexto das ações estratégicas do PLS, contribuindo para os indicadores de desempenho ambiental e eficiência de compras sustentáveis da instituição.

12.3. Plano de Metas Institucionais e Planejamento Estratégico

A aquisição dos produtos nutricionais também se encontra em consonância com os Planos de Metas Institucionais e com o Planejamento Estratégico do Hospital Naval de Natal, que têm como eixos prioritários:

- Garantir a assistência integral à saúde dos militares e dependentes;
- Elevar a qualidade da atenção nutricional hospitalar;
- Aprimorar a eficiência logística e administrativa na gestão de suprimentos;
- Cumprir os indicadores de desempenho assistencial e de segurança do paciente previstos pela Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

A disponibilidade contínua de dietas e suplementos é um fator crítico de sucesso para o alcance das metas de qualidade assistencial e segurança alimentar hospitalar, previstas nas ações estratégicas do Programa de Excelência em Gestão Hospitalar da Marinha do Brasil.

12.4. Instrumentos de Planejamento Vinculados

Instrumento	Referência Legal / Administrativa	Forma de Vinculação à Contratação
Plano de Contratações Anual (PCA)	Art. 12 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 58/2022	Inserido no eixo “Suprimentos Assistenciais” do PCA publicado no PNCP
Plano de Logística Sustentável (PLS)	Instrução Normativa SEGES/ME nº 10/2020 e PLS da Marinha do Brasil	Contribui para as metas de consumo consciente e redução de impacto ambiental
Plano de Metas Institucionais do HNNA	Diretrizes da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM)	Apoia o alcance das metas assistenciais e operacionais na área hospitalar
Planejamento Estratégico Institucional	Política de Saúde da Marinha	Assegura a continuidade do atendimento e o fortalecimento da assistência nutricional hospitalar

12.5. Conclusão

A contratação proposta encontra-se plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento e às políticas estratégicas institucionais do Hospital Naval de Natal, refletindo o compromisso da Administração com o planejamento eficiente, a sustentabilidade e a gestão responsável dos recursos públicos.

Dessa forma, o objeto atende às metas previstas no PCA divulgado no PNCP, às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) e ao Plano de Metas Institucionais, assegurando coerência entre o planejamento tático e a execução orçamentária da unidade.

13. Resultados Pretendidos

13. Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade da Contratação

Após análise técnica, administrativa e econômica, conclui-se que a contratação para o fornecimento de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis é plenamente viável e necessária para o atendimento das demandas assistenciais do Hospital Naval de Natal (HNNA).



A instrução do presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a necessidade da contratação decorre de obrigação institucional de garantir o suporte nutricional adequado aos pacientes internados e ambulatoriais, contribuindo para a recuperação clínica, manutenção do estado nutricional e prevenção de complicações decorrentes de desnutrição hospitalar.

### 13.1. Elementos que fundamentam o posicionamento

1. Necessidade comprovada e interesse público:

A ausência do fornecimento regular desses produtos comprometeria diretamente a segurança alimentar e nutricional dos pacientes, afetando a qualidade da assistência prestada e contrariando as diretrizes do Sistema de Saúde da Marinha. Trata-se, portanto, de demanda essencial e inadiável, alinhada à missão institucional do HNNa.

2. Requisitos técnicos e legais atendidos:

A contratação está lastreada em critérios técnicos, sanitários e regulatórios previstos pela ANVISA e pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), garantindo a segurança dos produtos, o cumprimento das normas de vigilância sanitária e a habilitação profissional exigida.

3. Levantamento de mercado e alternativas analisadas:

O estudo identificou diversas alternativas viáveis no mercado, concluindo que a aquisição direta de produtos industrializados prontos para uso, via Pregão Eletrônico, é a solução mais eficiente, segura e vantajosa, considerando o equilíbrio entre custo, qualidade e continuidade do fornecimento.

4. Metodologia de estimativa fundamentada:

As quantidades foram estimadas com base na análise da série histórica de consumo dos exercícios anteriores, ajustada por parâmetros assistenciais, garantindo a precisão da previsão e a compatibilidade com a execução orçamentária.

5. Parcelamento do objeto por grupos homogêneos:

O objeto foi estruturado em grupos e itens de natureza similar, promovendo ampla competitividade, maior participação de fornecedores, melhor gestão logística e mitigação de riscos de desabastecimento, em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6. Alinhamento com o planejamento institucional:

A contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de estar alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e ao Plano de Metas Institucionais do HNNa, reforçando a integração entre planejamento, sustentabilidade e gestão de resultados.

7. Viabilidade técnica, operacional e orçamentária:

O fornecimento será realizado de forma parcelada e contínua, com produtos devidamente registrados na ANVISA, embalados para uso hospitalar e com prazos de validade adequados. A estimativa orçamentária foi elaborada com base em preços de mercado atualizados, demonstrando compatibilidade entre o custo e o benefício público esperado.

### 13.2. Conclusão

Diante dos elementos analisados, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente justificada sob a ótica do interesse público.

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico para aquisição direta de produtos industrializados prontos para uso, com parcelamento por grupos homogêneos e fornecimento contínuo, representa a solução mais eficiente e segura para garantir a assistência nutricional integral e ininterrupta aos pacientes do Hospital Naval de Natal.

Assim, recomenda-se o prosseguimento dos trâmites administrativos para a elaboração do Termo de Referência e a realização do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas da Marinha do Brasil, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade.

## 14. Providências a serem Adotadas

Considerando a natureza essencial e contínua da presente contratação, bem como a complexidade técnica dos produtos a serem fornecidos, faz-se necessário que a Administração adote providências preparatórias antes da formalização do contrato, com o objetivo de assegurar a regular execução, o controle de qualidade e a conformidade técnica e sanitária do objeto.

### 14.1. Providências Administrativas e Técnicas

1. Verificação da adequação orçamentária e financeira:

- Confirmar a disponibilidade de recursos orçamentários na dotação correspondente à manutenção hospitalar e alimentação de pacientes, garantindo a vinculação da despesa ao Plano de Contratações Anual (PCA);

- Emitir a nota de empenho prévia conforme cronograma de fornecimento.

## 2. Revisão e validação do Termo de Referência:

- Revisar as especificações técnicas, quantitativos e prazos para assegurar que reflitam fielmente as conclusões do ETP;
- Incluir critérios de sustentabilidade, exigências sanitárias e condições de fornecimento contínuo, conforme proposto neste estudo.

## 3. Análise jurídica e conformidade documental:

- Submeter o processo à assessoria jurídica do HNNa ou órgão competente, para manifestação sobre a legalidade e regularidade da minuta contratual;
- Garantir que o edital contemple as exigências de registro sanitário, certificações da ANVISA e responsabilidade técnica do nutricionista.

## 4. Definição de procedimentos de recebimento e controle de qualidade:

- Estabelecer rotina de conferência técnica no ato do recebimento, com verificação de lote, validade, integridade das embalagens e conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- Prever local adequado de armazenamento, atendendo às normas de boas práticas de estocagem e conservação de produtos alimentares.

## 5. Integração com o Plano de Logística Sustentável (PLS):

- Articular com a equipe do PLS institucional para definir fluxos de segregação e destinação ambientalmente adequada das embalagens;
- Avaliar possibilidade de inclusão de indicadores de sustentabilidade no acompanhamento contratual.

# 14.2. Capacitação e Designação de Servidores para a Gestão e Fiscalização Contratual

## 1. Capacitação técnica e normativa:

- Promover capacitação específica dos servidores designados como gestores e fiscais do contrato, abordando:
  - Requisitos técnicos e sanitários dos produtos nutricionais;
  - Procedimentos de fiscalização, registro e controle de entregas;
  - Noções de sustentabilidade e descarte ambientalmente correto;
  - Aplicação das disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às responsabilidades do gestor e fiscal (arts. 117 e 118).
- Essa capacitação poderá ser conduzida em parceria com a Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) ou com o Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do HNNa.

## 2. Designação formal dos responsáveis:

- Emitir portaria de designação do gestor e do fiscal do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente:
  - Gestor do contrato: servidor do setor de licitações ou de suprimentos, responsável pelo acompanhamento administrativo e financeiro;
  - Fiscal técnico: nutricionista ou profissional habilitado da SND, responsável pela verificação de conformidade técnica e sanitária dos produtos entregues.
- Poderá ser designado fiscal substituto para cobrir ausências e garantir a continuidade da fiscalização.

## 3. Elaboração de instrumentos de controle e acompanhamento:

- Disponibilizar planilhas eletrônicas e formulários de inspeção para o registro de ocorrências, entregas, conformidades e não conformidades;
- Implementar checklists de conferência técnica no recebimento de cada remessa, incluindo verificação de validade, lote, rotulagem e integridade da embalagem.

## 4. Reunião de alinhamento pré-contratual:

- Realizar reunião inicial com os representantes da contratada e da equipe técnica do HNNa, para:
  - Esclarecer obrigações contratuais, prazos e critérios de qualidade;

- Reforçar exigências de sustentabilidade, segurança e rastreabilidade;
- Estabelecer canais de comunicação direta entre gestor, fiscal e fornecedor.

### 14.3. Conclusão

As providências indicadas visam assegurar a plena execução contratual com observância aos princípios da eficiência, transparência e sustentabilidade, minimizando riscos administrativos e técnicos.

A capacitação dos servidores designados, aliada à estruturação prévia dos mecanismos de controle e fiscalização, constitui etapa indispensável para garantir que a contratação produza os resultados esperados, com segurança sanitária, regularidade logística e efetividade na assistência nutricional prestada pelo Hospital Naval de Natal.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

### 15.1. Avaliação dos Impactos Socioambientais e Medidas Mitigadoras

A presente contratação, que visa ao fornecimento contínuo de dietas enterais, dietas parenterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis, envolve a aquisição de produtos industrializados, embalados e distribuídos por empresas licenciadas pela ANVISA.

Embora a natureza do objeto apresente baixo potencial de impacto ambiental direto, identificam-se efeitos indiretos relevantes associados à produção, transporte, consumo e descarte das embalagens e resíduos, os quais exigem medidas preventivas e mitigadoras adequadas, em consonância com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Hospital Naval de Natal e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

### 15.2. Possíveis Impactos Socioambientais Identificados

#### 1. Geração de resíduos sólidos e rejeitos hospitalares

- Embalagens plásticas, metálicas e cartonadas provenientes dos produtos nutricionais;
- Restos de dietas não utilizadas e material descartável associado à manipulação e infusão (tubos, conectores, frascos);
- Necessidade de segregação adequada entre resíduos comuns e infectantes, conforme RDC ANVISA nº 222/2018.

#### 2. Consumo de energia e recursos naturais

- Gasto energético no transporte, refrigeração e armazenamento dos produtos;
- Uso de materiais de embalagem não biodegradáveis;
- Impactos indiretos decorrentes da cadeia produtiva dos fabricantes.

#### 3. Risco de descarte inadequado

- Possibilidade de destinação incorreta de embalagens e frascos plásticos, caso não sejam integrados ao fluxo de resíduos recicláveis do hospital;
- Potencial contaminação ambiental se o manejo dos resíduos não seguir os protocolos de biossegurança.

#### 4. Impactos socioeconômicos positivos

- Geração de emprego e renda no setor de nutrição hospitalar e nas cadeias produtivas de alimentos especiais;
- Incentivo à adoção de práticas empresariais sustentáveis e responsáveis por parte dos fornecedores;
- Contribuição para a redução de internações prolongadas e melhora dos indicadores de saúde, gerando impacto social positivo.

### 15.3. Medidas Mitigadoras e de Sustentabilidade Propostas

Para minimizar os impactos identificados, propõem-se as seguintes ações mitigadoras e requisitos de sustentabilidade a serem incorporados ao Termo de Referência e às cláusulas contratuais:

### 1. Critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental do fornecedor

- Exigir que os fornecedores adotem práticas de gestão ambiental, preferencialmente certificadas (ISO 14001 ou equivalentes);
- Priorizar empresas que apresentem planos de logística reversa, conforme o art. 33 da Lei nº 12.305/2010;
- Incluir declaração de compromisso com o cumprimento das normas de descarte e destinação de resíduos.

### 2. Embalagens sustentáveis e logística reversa

- Estimular o fornecimento de produtos com embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental (PET, alumínio, Tetra Pak reciclável);
- Incentivar a utilização de embalagens retornáveis ou com redução de volume;
- Prever, quando aplicável, a logística reversa das embalagens, com devolução ao fabricante ou distribuidor para destinação ambientalmente correta;
- Determinar a segregação e descarte seletivo no âmbito do hospital, de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

### 3. Eficiência energética e racionalização de recursos

- Implementar controle rigoroso de estoque e validade, evitando perdas e desperdício de produtos;
- Programar entregas fracionadas, reduzindo a necessidade de armazenamento prolongado e o consumo de energia em refrigeração;
- Priorizar fornecedores com otimização logística (rotas consolidadas, transporte eficiente, veículos com controle de emissões).

### 4. Capacitação e conscientização

- Promover ações de capacitação da equipe de nutrição e almoxarifado para o correto manejo e descarte de resíduos nutricionais;
- Divulgar orientações do PLS e boas práticas de sustentabilidade entre os servidores e colaboradores do HNNA.

### 5. Monitoramento e acompanhamento

- Estabelecer indicadores de desempenho ambiental vinculados à execução contratual (volume de resíduos recicláveis, taxa de descarte adequado, conformidade com prazos de validade);
- Avaliar periodicamente o cumprimento das medidas de sustentabilidade pelos fornecedores contratados.

### 15.4. Conclusão

Os impactos socioambientais potenciais dessa contratação são gerenciáveis e mitigáveis, desde que observadas as boas práticas de logística reversa, descarte adequado e eficiência energética. A adoção de requisitos sustentáveis nas especificações técnicas e contratuais, associada ao comprometimento do fornecedor com a gestão ambiental e à aplicação do PLS institucional, garantirá que a aquisição ocorra de forma ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente eficiente. Assim, a contratação proposta atende plenamente aos princípios do desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, promovendo o equilíbrio entre o atendimento assistencial e a preservação do meio ambiente.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Por atender os requisitos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, esta comissão é favorável a aquisição.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NAYARA FERREIRA DO ESPIRITO SANTO**

Equipe de apoio

**SAMARA PESSOA DA SILVA**

Equipe de apoio